

REFLEXÕES DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM ACERCA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juan Portella¹; Maria Carolina Gomes¹; Milena de Oliveira¹; Fabiana Porto da Silva²; Juliana Silveira Colomé Nome Sobrenome³;

RESUMO

Na Atenção Básica em Saúde, tem-se a atuação interprofissional em equipe, na qual o enfermeiro representa um agente estratégico para o cuidado e promoção da saúde. Considerando essa atuação, esse trabalho teve como objetivo apresentar as reflexões de estudantes de enfermagem acerca da Política de Atenção Básica em sua implementação municipal. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido na Disciplina Políticas Públicas em Saúde do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana. O trabalho foi realizado no primeiro semestre do ano de 2021. Foi realizada uma visita de estudos virtual, na qual foi feito contato com a gestora da política no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Conclui-se que a gestão da AB representa um papel fundamental, pois é o local onde são desenvolvidas as estratégias e ações em conjunto com setores e outros gestores do município, que trabalham para efetivar a transformação necessária para a sustentação das bases e dos processos de inserção dos profissionais e usuário no SUS.

Palavras-chave: Enfermagem; Atenção Primária à Saúde; Sistema Único de Saúde.

Eixo Temático: Atenção Integral e Promoção à Saúde

1. INTRODUÇÃO

O direito de todos os cidadãos brasileiros à saúde foi impulsionado, na década de 1980, por um amplo movimento nacional para uma reforma sanitária no país. Em decorrência desse processo foi instituído, pela constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, um sistema de saúde único, universal e equânime: o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi constituído para atender a orientação constitucional que classifica a saúde como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 2011).

¹ Estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana – UFN.

² Mestre em Ciências da Saúde e da Vida. Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana – UFN. E-mail: fabiana.silva@ufn.edu.br

³ Doutora em Enfermagem. Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana – UFN. E-mail: juliana@ufn.edu.br.

Nesse contexto, a Atenção Básica (AB) pode ser considerada como um conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, proteção, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos, vigilância em saúde, dentre outros. Deve ser desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária. Além disso, a AB tecnologias complexas conforme a demanda e as necessidades de saúde de maior frequência e relevância no território, por meio da avaliação de vulnerabilidade e risco (BRASIL, 2011).

A AB é considerada a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, sendo guiada pelos princípios da universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade, humanização, equidade e da participação social entendendo o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural. (BRASIL, 2011; MENDES, 2011). A primeira edição da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi oficialmente publicada em 2006, no contexto do pacto pela saúde, a fim de potencializar a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e, por conseguinte, a melhoria do cuidado (BRASIL, 2017).

Na AB, tem-se a atuação interprofissional em saúde, na qual o enfermeiro representa um agente estratégico para o cuidado e promoção da saúde. Considerando essa atuação, esse trabalho teve como objetivo apresentar as reflexões de estudantes de enfermagem acerca da Política de Atenção Básica em sua implementação municipal.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido na Disciplina Políticas Públicas em Saúde do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana. O trabalho foi realizado no primeiro semestre do ano de 2021. Foi realizada uma visita de estudos virtual, na qual foi feito contato com a gestora da Política de Atenção Básica do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Buscou-se ampliar os saberes de estudantes sobre o desenvolvimento da política no município para que, posteriormente, fossem compartilhadas as reflexões juntamente

à turma. Essa socialização foi realizada por meio de um Seminário Temático, onde outras políticas de saúde foram abordadas e apresentadas para discussão e problematização no grupo ampliado de estudantes e professores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As reflexões realizadas a partir da aproximação com o setor de coordenação da Política de Atenção Básica do município foram pautadas na implementação da AB, no enfrentamento em relação à pandemia do Coronavírus e na demanda espontânea nas unidades de saúde. Inicialmente, destaca-se que a referida política é orientada pela Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017, na qual a AB deve ser a porta de entrada preferencial para o nosso sistema único de saúde, além da coordenação do cuidado e ações de serviços disponibilizados na rede (BRASIL, 2017).

O município de Santa Maria integra a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde, com sede em Santa Maria. Atualmente, o município conta com 25 unidades de Estratégia de Saúde da Família e 14 equipes de Atenção Primária, conforme denominação sugerida pelo Programa Previne Brasil de 2019. Esse Programa é responsável por estabelecer um novo modelo de financiamento de custos na AB que, conforme seus idealizadores, objetiva aumentar o acesso dos usuários aos serviços da Atenção Primária e o vínculo entre população e equipe, com base em mecanismos que induzem à responsabilização dos gestores e dos profissionais pelos indivíduos que assistem (BRASIL, 2019). Contudo, observa-se uma sobrecarga da equipe na realização de novos cadastros, sem que tenha havido um aumento significativo nas equipes de saúde para que essa demanda seja atendida.

Portanto, o processo de trabalho na gestão da política tem como base a PNAB, mas também conta com um guia, o programa Previne Brasil. Conforme mencionado, o programa foi implementado pela portaria 2979/2019, e passa a estabelecer um novo regramento de custeio da AB. Além disso, o programa conta com avaliação de desempenho das equipes, todas as ações que eram feitas antes como definição de territórios, programar e implementar as ações de acordo com as necessidades da população, implementar ações para os grupos de risco, atenção

integral, atenção domiciliar, entre outras, hoje passam por uma avaliação, que só é possível ser realizada pelo programa, através dos indicadores de cada função.

Considerando a pandemia por Covid-19, foi-se incorporando ferramentas e dispositivos para gestão do cuidado, a estrutura física foi adaptada considerando que os protocolos dizem que a prioridade é atender os sintomáticos respiratórios frente a pandemia, vários profissionais foram capacitados em conjunto com a conscientização dos usuários. Dentre os desafios, destaca-se a demanda aumentada e o acúmulo de outros pontos como o cuidado a o idoso, o pré-natal, cuidados à saúde mental, entre outras atividades que sobrecarregam uma estrutura que não estava preparada para esse enfrentamento. Os profissionais tiveram que se reinventar e com isso a rede de atenção básica é a porta de entrada e os profissionais estão na linha de frente no enfrentamento a pandemia. Conciliar a vacinação do município com a gestão da PNAB tem sido um trabalho um tanto desafiador.

A administração das campanhas e da PNAB no município só foi possível porque a região conta com uma equipe profissional que trabalha juntamente com a gestora da política. Essas equipes são extremamente importantes e decisórias. Com o avanço da pandemia no município, houve a necessidade de criação de um grupo chamado Grupo Estratégico de vacinação contra a Covid-19. As universidades e escolas técnicas do município também vêm desenvolvendo papel estratégico nas campanhas, por meio da participação de professores e estudantes atuando como voluntários nas ações municipais, bem como realizando a vacinação de seus colaboradores nos próprios locais.

O grupo funciona com reuniões semanais onde são discutidas as estratégias, planejamentos e organização das campanhas. O funcionamento das campanhas e a gestão da PNAB só é possível haver uma conciliação, por causa da equipe de profissionais responsáveis e dedicados que trabalham juntamente com a gestora. O público leigo estava receoso sobre a vacina e a mídia tem um grande poder quando se coloca questionamentos a vacina formando muitas perguntas e isso tem um grande efeito, pois é sentida grande dificuldade em algumas situações, algumas pessoas com dúvidas em relação a reações adversas, comunicação bem feita e

tenha sido superado de forma geral. A vacina é citada de modo geral e não especificando o laboratório de cada uma delas.

O atendimento para gestantes no município continua como antes, seguindo todos os protocolos de segurança. As gestantes sempre tiveram acesso ao pré-natal, independente da bandeira em que o município se encontrava. Referente à organização do atendimento das gestantes, cada Unidade de Saúde conta com uma enfermeira obstetra frente à política, responsável por notificar todas as irregularidades, anotar todas as normativas, orientações e alterações relacionadas as gestantes.

O profissional enfermeiro está sempre em constante contato com as UBS. Por meio da AB é estabelecido um fluxo de funcionamento no município, no qual a meta é conseguir vacinar toda a população do município para que possa superar a pandemia, ampliação do acesso a AB, cobertura da atenção, qualificar os trabalhadores e o cuidado, superar os efeitos da pandemia com a vacinação em menor tempo para potencializar os trabalhadores e o processo de trabalho das equipes.

Destaca-se, desse modo, que o trabalho na AB é contínuo, buscando sempre qualificar e ampliar o acesso, assim como melhores indicadores de saúde, estabelecer uma comunicação adequada dentro da rede e buscar uma articulação com vários setores do município. A qualificação do cuidado e da comunicação com os usuários, também se mostra como ferramenta importante para superar os desafios e buscar estratégias possíveis.

Juntamente ao trabalho e aproximação do setor de gestão da AB no município, foi proposto pelas docentes da disciplina a realização de uma atividade educativa em saúde acerca do potencial da AB na rede de atenção à saúde. Foi construído um infográfico explicativo, contendo informações sobre os pontos de atenção da rede e quais serviços devem ser buscados em determinadas situações. Realizamos uma ação na comunidade para compartilhar junto à população sobre quando se procura os serviços de saúde, e por qual deve-se buscar, referente ao problema de saúde apresentado. Foi realizada a distribuição de infográficos em

hospitais públicos e privados da cidade, campanhas de vacinação contra o coronavírus, unidades básicas e outros serviços de saúde.

4. CONCLUSÃO

A realização desse trabalho permitiu considerar que a AB, segundo as orientações oficiais, deve ser a principal porta de entrada do usuário, além de ser abrangente, transversal e manter um olhar ampliado e atenção integral em cada ciclo de vida. Portanto, a AB como ordenadora e coordenadora do cuidado dentro da rede de atenção à saúde, infere entre diversos pontos de atenção. Foi possível compreender que a gestão da AB representa um papel fundamental, pois é o local onde são desenvolvidas as estratégias e ações em conjunto com setores e outros gestores do município, que trabalham para efetivar a transformação necessária para a sustentação das bases e dos processos de inserção dos profissionais e usuário no SUS.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Franciscana, pela oportunidade de realizar este trabalho acadêmico. Agradecemos as nossas orientadoras e, sobretudo, aos nossos familiares por todo o apoio e compreensão que tiveram conosco durante esta jornada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde; **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.



BRASIL. Ministério da Saúde; **Portaria 2.979/19**; Diário Oficial da União. Brasília, 2019. Disponível em: <
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html
>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. **Rev Med Minas Gerais**, v. 18, supl. 4, p. 554, 2011. Disponível em: <
https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Redes_Atencao_Saude_Eugenio_2ed.PDF
>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.